



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 105/18 – quinta-feira, 14 de junho

Jornal A Crítica

- Capa – 03
- Editorial: À espera da solução para ZFM – 04
- Coluna Sim&Não – 05
- Reitores vão à ALE contestar veto de Temer – 06
- Projetos recebem parecer favorável – 07

Jornal Em Tempo

- Senado define ‘futuro’ da Zona Franca na próxima semana – 08

Jornal do Comercio

- Capa – 09
- Coluna Frente&Perfil – 10
- Indústria amazonense novamente sob ataque – 11



CONCENTRADOS PÁGINA A8
**Decretos têm
relatórios a
favor da ZFM**

À ESPERA DA SOLUÇÃO PARA A ZFM

Quase duas semanas após o presidente Michel Temer prometer uma solução definitiva para evitar danos à Zona Franca de Manaus por conta do decreto que retirou incentivos do setor de concentrados, nenhuma medida foi anunciada pelo governo. As empresas do setor instaladas em Manaus continuam amargando perda de competitividade com a redução de 20% para 4% no incentivo de IPI. Na conversa por telefone, no dia 1º de junho, Temer disse a deputados, senadores e empresários que a solução a ser apresentada pelo Ministério da Fazenda compensaria

eventuais perdas apenas no próximo ano. A reunião da bancada com a equipe do ministro Eduardo Guardia ocorreu dias depois sem que nenhuma medida concreta fosse discutida. Entre os parlamentares ficou o sentimento de falta de boa vontade por parte do governo. O risco de que nenhuma medida corretiva seja tomada é grande, principalmente considerando que, em outras ocasiões, o governo já prometeu ações para corrigir danos ao Amazonas sem que nada tenha sido feito. Há um ano, quando as novas taxas da Suframa foram sancionadas por Temer com vetos que transformaram a autarquia em

mero arrecadador de recursos para o Tesouro Nacional, o governo se comprometeu em editar medidas para garantir aportes na região. Mas ficou por isso mesmo. Atualmente, a mesma história se repete com a Medida Provisória que regulamenta a aplicação dos recursos de P&D. O governo federal vetou o trecho que permitia aportes na estrutura física de laboratórios. Com a reação dos reitores do Amazonas, veio a desculpa de que não é bem assim e que um decreto vai detalhar de que forma os aportes poderão ser feitos. Vamos ver quando virá essa medida, e se realmente favorecerá as universidades locais.

Essa postura do governo deixa a bancada amazonense em situação delicada. Os parlamentares que votaram em peso a favor de Temer nas duas denúncias apresentadas pela Procuradoria-geral da República no ano passado, agora lutam para reverter os efeitos danosos de medidas do governo prejudiciais à Zona Franca e ao Amazonas. A estratégia dos deputados e senadores para tentar salvar o segmento de concentrados são projetos de decretos legislativos com objetivo de sustar o decreto presidencial. Enquanto a luta em Brasília não chega a um final, a ZFM se enfraquece a cada dia.

Difícil O senador Eduardo Braga (MDB) admitiu ontem que o “jogo” contra a Zona Franca de Manaus (ZFM) no Congresso “está muito duro”.

Traíçoeiro Segundo Braga, o governo federal se mobiliza para não deixar ir à votação as propostas de Decreto Legislativo que sustam os efeitos da MP que derrubou incentivos do setor de concentrados do PIM.

Tomara Hoje, em Brasília, o ministro da Fazenda Eduardo Guardia terá um encontro com empresários do setor de concentrados na presença de técnicos da Receita Federal. A bancada do Amazonas torce para que a pressão dos empresários surta efeito.

Comparação O deputado Dermilson Chagas (PP) afirmou, em discurso na ALE/AM, que o governo federal precisa deixar de tratar o Amazonas ao estilo “Jack, o Estripador”, que a toda hora corta o pedaço de algum benefício da região. Chagas se referiu ao corte do IPI do polo de concentrados e a falta de transparência sobre os incentivos de P&D.

Tribuna A convite do deputado Serafim Corrêa (PSB), hoje os reitores da UEA e da Ufam estarão na ALE/AM para explicar os supostos prejuízos do veto do governo Temer à MP que proíbe o uso de verbas de P&D em obras físicas dos institutos de pesquisas - e que até 20% dos recursos pudessem ser utilizados na aquisição de “áreas dedicadas à administração”.

PREJUÍZOS À PESQUISA

Reitores vão à ALE contestar veto de Temer

Dirigentes da Ufam e UEA apontam prejuízos na restrição de uso da verba de P&D

NÁIS CAMPOS
politica@acritica.com

Os reitores das universidades, federal do Amazonas (UFAM) e estadual (UEA) aceitaram o convite dos deputados Serafim Correia (PSB) e Dermalson Chagas (PP) para prestar esclarecimento à Assembleia Legislativa do Estado sobre as implicações do veto presidencial que tira das unidades de ensino a gerência financeira para transferir parte dos investimentos de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) em instalações e estruturas. Os debates acontecem hoje, às 9h, no plenário da casa legislativa.

Na justificativa ao veto, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcos Jorge sustenta que "não é razoável que gastos relativos às áreas dedicadas à administração, por não guardarem consonância direta com investimentos em P&D, sejam ensejadores de incentivo tributário".

Para Serafim, o tema é controverso, pois de um lado o ministro alega que a medida do governo não acarretará prejuízos as universidades, e por outro, os reitores de ambas as instituições de ensino garantem que o

Saiba mais

>>Recursos

Para usufruir dos benefícios constantes da Lei de Informática, as empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus tem a obrigação mínima de repassar 5% de seus faturamentos para o desenvolvimento tecnológico. O montante contingenciado ultrapassa os R\$ 560 milhões.

ônus do veto afetará as unidades. "Eu entendo que nós temos que agir rápido. Considero importante que a gente tenha mais informação e assim tenhamos uma posição mais ampla desta Casa (ALE) sobre os efeitos de mais um veto do governo federal que atinge o nosso estado", alertou o deputado do PSB.

DÚVIDAS

Já Dermalson Chagas questiona que, se os benefícios destinados à pesquisa e desenvolvimento não podem ser usados em gastos com a ampliação e modernização de infraestrutura física dos institutos, centros de pesquisas e universidades, de que

forma vai agir a Samsung que comprou o antigo hotel Caesar Business com a finalidade de transformá-lo em instituto da multinacional coreana. "Vai devolver o valor e pagar com seus próprios recursos?", perguntou o parlamentar.

"O incentivo a P&D é resultado do suor dos trabalhadores do Amazonas, principalmente da Zona Franca de Manaus e, portanto precisamos de mais esclarecimentos por parte das universidades sobre a destinação das verbas e quais são os resultados da aplicação desses valores", justificou Chagas.

INSTITUTO

Em maio, A Crítica noticiou que o Caesar Business iria abrigar a sede do Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática da Amazônia (Sidia). A reportagem revelou que a representante do Sidia, Vânia Thaumaturgo, confirmou a reforma do prédio para atender às necessidades dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e dos funcionários do Instituto. "Além de um centro de excelência em P&D, o instituto será referência como um ótimo lugar para se trabalhar, afirmou à época



Reitores da Ufam, Sílvio Puga, e da UEA, Cleinaldo Costa, emitiram nota de repúdio ao veto que proíbe gastos de P&D com obras

Ministro reagiu à nota de repúdio

O veto do presidente Michel Temer, retirando as construções e obras físicas dos institutos de pesquisa, provocou indignação dos reitores da Ufam, Sílvio Puga e da UEA, Cleinaldo Costa, que emitiram nota de repúdio na segunda-feira, um dia antes da publicação do Diário Oficial da União, e acusaram o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcos Jorge,

de ter patrocinado o veto.

No extenso documento, os reitores "conclamam a comunidade científica e acadêmica da UEA e Ufam, e das universidades do Amazonas e toda a população a repudiar o veto constante do PLV 6".

O ministro do Mdic, Marcos Jorge, reagiu à nota de repúdio dos reitores das duas universidades amazonenses e negou que tenha sido ele o autor do pe-

didado de veto. "Antes de mais nada, não foi o Ministério da Indústria que pediu o veto ao parágrafo 24 do artigo 2º 8.387/91. Quem pediu ambos os vetos foi o Ministério do Planejamento", disse.

O ministro também disse que nenhum centro de pesquisa terá prejuízos. "Nós temos um decreto regulamentador que passará por revisões para que possamos também modernizá-lo".



ZFM

Projetos recebem parecer favorável

Senadores querem derrubar a decisão que altera a incidência do IPI sobre concentrados

ANTÔNIO PAULO
antoniopaulo@acritica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) - Sem uma solução definitiva do governo federal para resolver o problema do setor de bebidas, prometida pelo presidente Michel Temer, as medidas legislativas tocadas pela bancada do Amazonas avançam no Congresso Nacional. No dia 30 de maio, o decreto 9.394/2018 reduziu de 20% para 4% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os concentrados, prejudicando a Zona Franca de Manaus.

Temer tinha prometido ao governo do Amazonas, à bancada parlamentar e aos empresários da Zona Franca de Manaus uma solução, o que não aconteceu até agora, motivando a atuação dos deputados e senadores do Amazonas.

Ontem, os Projetos de Decretos Legislativos (PDS 57 e 59), dos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Braga (MDB-AM), que sustam os efeitos do decreto presidencial, receberam parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

No seu relatório, Roberto Rocha concluiu que o decreto presidencial fere o "princípio da anterioridade tributária" e o que está disposto nos artigos 40 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que as-



Propostas não estavam na pauta de ontem, mas foram incluídas depois de muita insistência dos parlamentares amazonenses

seguram à Zona Franca de Manaus os incentivos fiscais. Mas, o voto a favor não veio sem pressão política. Um pedido de vista coletiva dos dois projetos foi acolhido e firmado acordo para que sejam apreciados na CCJC na próxima quarta-feira. Uma vez aprovado, o decreto segue para votação no plenário.

Um outro requerimento, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), também foi aprovado para que seja realizada uma audiência

pública, na terça-feira (19) para discutir o mérito da matéria antes da votação do relatório de Roberto Rocha.

"Considero a audiência pública de extrema importância, pois, lá estarão aqueles que se opõem ao decreto, representantes de pequenos produtores de outros estados, e os grandes produtores que estão instalados na Zona Franca de Manaus. Acredito nos meus pares que vamos aprovar o decreto para sustar essa medida in-

constitucional de Michel Temer", disse a senadora Vanessa.

Eduardo Braga votou favorável à realização da audiência pública, mas, está preocupado com a disseminação de informações inverídicas sobre a ZFM entre senadores do colegiado. "Nosso modelo de desenvolvimento regional está amparado na Constituição Federal e sua renúncia fiscal já está prevista no Orçamento da União, bem diferente de outros casos", disse o senador.

Saiba mais

>> Alternativas

Paralelamente à tramitação dos quatro Projetos de Decretos Legislativos no Senado e na Câmara dos Deputados, a bancada amazonense também atua nas negociações técnicas com o governo. O coordenador do grupo parlamentar, senador Omar Aziz (PSD-AM), disse que conversou com o presidente Temer que marcou uma reunião com as equipes do Ministério da Fazenda e Receita Federal para discutirem uma saída que reduza os impactos no polo de bebidas da ZFM. Aziz acredita que na próxima semana sairá uma posição oficial do governo. O subcoordenador da bancada, deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) disse que apresentou sugestões ao ministro Eduardo Garcia e confia em uma saída pela via da negociação.

Ele citou como exemplo o Regime, regime aprovado ano passado pelo Congresso Nacional que dá incentivos à exploração de petróleo por meio da isenção fiscal para importação de máquinas e equipamentos de petrolíferas. A iniciativa prevê renúncia fiscal de R\$ 800 bilhões a R\$ 1 trilhão até 2040. "Algo que não está previsto no Orçamento da União, impactando fortemente nas futuras receitas. Com ele, estamos abrindo mão de empregos na indústria nacional para exportar empregos. Esse tipo de renúncia é danosa", argumentou Braga.

Além dos dois PDS que tramitam no Senado, há ainda dois Projetos de Decretos Legislativos (PDCs) apresentados na Câmara pelos deputados Pauderney Avelino (DEM-AM) e Silas Câmara (PRB-AM).

CCJ aprova ZPE do Maranhão

A inclusão dos dois Projetos de Decretos Legislativos do Senado (PDS 57,59, de 2018), dos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Braga (MDB-AM) na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), gerou uma contrapartida política. Após, debates e discussões acaloradas, a Zona de Processamento de Exportações (ZPE) no Maranhão foi aprovada e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Da bancada amazonense, somente a senadora Vanessa Grazziotin votou contra o projeto.

Após manifestação contrária dos senadores Gleisi Hofmann (PT-PR) e Humberto Costa (PT-PE), o presidente da Comissão, senador Edson Lobão (MDB-MA) incluiu o PLS 319/2015, que cria a ZPE no Maranhão. O autor do projeto é o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator do decreto 3.394/2018, do presidente Temer, relacionados ao polo de concentrados.

Na sessão, o senador Omar Aziz fez várias intervenções em contraponto às manifestações contrárias à Zona Franca de Manaus e contou como está o clima no Senado. "Estamos tendo uma oposição muito forte contra os decretos legislativos do polo de concentrados. A ZPE do Maranhão, que foi aprovada, não nos afeta diretamente porque somente é permitida a exportação de produtos. Mas, a pressão é grande"

ARTICULAÇÃO

Senado define 'futuro' da Zona Franca na próxima semana

Dois projetos de decretos legislativos com a intenção de sustar os efeitos do Decreto Federal 9.398, um da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), outro do senador Eduardo Braga (MDB), serão apreciados no Senado na próxima semana. Ambas matérias buscam solução para cancelar o ato presidencial que reduziu de 20% para 4% o incentivo do Imposto de Produto Industrializado (IPI) aos fabricantes de concentrados de refrigerantes instalados no Polo Industrial de Manaus.

O primeiro a ser analisado será o decreto nº 57, de autoria de Vanessa, que motivou uma audiência pública a ser realizada na próxima terça-feira (19) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O relator da matéria, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), deu parecer favorável ao projeto e ainda a outro decreto de mesmo teor, de autoria do senador Eduardo Braga. A expectativa é votar o projeto na quarta (20). Uma vez aprovado, o decreto segue para votação direta no plenário.

No seu relatório, Roberto Rocha concluiu que o decreto presidencial fere o "princípio da anterioridade tributária" e o que está disposto nos artigos 40 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que asseguram à Zona Franca de Manaus os incentivos fiscais.

A audiência pública, proposta pela senadora Ana Amélia (PP-RS), será para discutir o mérito da matéria, antes da votação do relatório de Roberto Rocha. "Considero a audiência pública de extrema importância, pois lá estarão aqueles que se opõem ao decreto, representantes de pequenos produtores de outros estados, e os grandes produtores que estão instalados na Zona Franca de Manaus. Acredito nos meus pares que vamos aprovar o decreto para sustar essa medida inconstitucional de Michel Temer", disse a senadora amazonense.

Segundo representantes das empresas instaladas no Amazonas, o setor gera 122 mil empregos diretos e 1,5 milhão indiretos em todo o país.



“
A Zona Franca de Manaus vive uma ameaça constante, com várias medidas do Governo Michel Temer. Não é apenas o concentrado, é o duas rodas, bens de informática e eletroeletrônico. Não vão deixar para nós praticamente nada. Não vai ter mais o que discutir sobre a região Norte, especificamente o Amazonas”



Dermilson Chagas (PP),
deputado estadual

AVANÇANDO

O projeto apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB) que susta os efeitos do decreto presidencial 9.394/2018 –aquele que tirou benefícios das indústrias de componentes – recebeu voto favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB/MA), ontem, e deve ser apreciado na próxima quarta-feira (20), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Criação de ZPE maranhense acende na Zona Franca de Manaus alerta de concorrência no mercado interno

Indústria amazonense novamente sob ataque

ARTUR MAMEDE
amamede@jcam.com.br

Em mais um ataque a ZFM (Zona Franca de Manaus), a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) aprovou na quarta-feira (13) o PLS (Projeto de Lei do Senado) 319/2015, de autoria do senador, Edison Lobão (PMDB-MA) que pode criar uma ZPE (Zona de Processamento de Exportações) já chamada de Zema (Zona de Exportação do Maranhão) -uma área de livre comércio com o exterior. A proposta original era a de fazer na ZPE o mesmo que na ZFM, com mais inserção no mercado interno, competindo diretamente com o modelo amazonense.

É justamente o temor de concorrência direta com a Zona Franca mais acessível geograficamente que une outra vez a bancada

do Amazonas. Logo após a aprovação do PLS, o senador Omar Aziz (PSD) mostrava sua preocupação. "A ZPE se destina ao mercado externo, mas sabemos que isso não vai funcionar e que podem tirar o pouco do que foi conquistado pelo Amazonas", disse.

"Perdemos na logística, nos altos fretes, na alfândega. Tudo isso encarece os produtos do PIM (Polo Industrial de Manaus), que apesar da boa qualidade perde competitividade no exterior. Com a entrada de outra Zona Franca, corremos o risco de também perder na venda para os Estados", comenta Aziz.

Risco existente

Autor do texto alternativo que evita a competição com a ZFM, o senador Edison Lobão (MDB-MA) retirou da proposta original

a criação de regime cambial diferenciado na ZPE maranhense e a possibilidade de transferência de plantas industriais instaladas em outras regiões, atendendo a pedidos do senador amazonense Eduardo Braga (MDB).

"O arcabouço normativo em questão visa permitir que, na prática, haja interesse de instalação de atividade industrial ou de prestação de serviços em São Luís voltados ao comércio exterior. Esse regramento especial, aplicado à região, criará condições para que a Zema, de modo diferente das ZPEs, tenha mais chance de ser instalada com sucesso", defendeu Lobão em seu substitutivo.

Proposta original era a de fazer a ZPE com mais inserção no mercado interno e atrativa à implantação de indústria

Mas conforme a lei 11.732 de 2008, que trata do regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, essas empresas devem auferir e manter receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% de sua receita bruta total. São esses 20% restantes que podem complicar a ZFM, explica o especialista em incentivos fiscais e desenvolvimento regional, Ailson Nogueira Rezende.

"As empresas que se instalam em ZPEs têm acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos especiais. Portanto, devem usufruir de condições menos burocráticas relativas ao controle aduaneiro e dispensa da exigência de percentual mínimo de receita bruta. Mas, nada impede que algumas vendas sejam efetuadas para o mercado interno, visto que os controles e fiscalizações ainda devem ser precários. Criando um ambiente de concorrência com as empresas instaladas no PIM", disse.

Segundo Rezende, o risco de concorrência existe e é iminente visto que até 20% da renda bruta



Foto: Fabio Pazidom/Agência Brasil

Concorrência com Iaranhã pode agravar ainda mais o isolamento do PIM

das empresas instaladas na ZPE pode vir do mercado interno. "Não podemos esquecer que São Luís está mais próximo de centros consumidores -Sudes- que Manaus. E nada impede que seja apresentado novo PIF transformando a ZPE em Zona Franca", ressaltou.

Em pronunciamento, Aziz afirmou que nenhum Estado estará livre de sofrer tais tipos de intervenção. "No momento em que se tira benefícios da ZFM também se podem tirar de outros Estados, inclusive no Maranhão. Logo outras Zonas Francas estarão em funcionamento e tem algumas já sendo planejadas como no Espírito Santo e um em Brasília, todas ferindo a competitividade da ZFM. Para se ter uma ideia de como funciona a guerra fiscal contra o Amazonas em Brasília até atacadista de desoneração de impostos", disse.

Lembrando do decreto presidencial que reduziu a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para concetrados de bebidas não-alcólicas, Aziz citou a manutenção de incentivos fiscais à ZFM com algo constitucional. "Precisamos manter o que o Amazonas tem por direito constitucional. Ti do Amazonas não vai resolver

o problema das outras UF's. Basta lembrar da redução do IPI para os concetrados que só servirá para cobrir um rombo na Petrobras, esta sim conta com uma renúncia fiscal gigante. O Amazonas é

micro diante desses problemas macros", finalizou.

Polo de concentrados

Ainda na reunião da CCJ, a bancada amazonense, após mui-

to custo, conseguiu uma pauta extra incluindo a questão do polo de concentrados na tarde de quarta-feira (13). O relator das proposições, senador Roberto Rocha (PSDB-MA) e autor do projeto da ZPE maranhense, votou a favor de sustar os efeitos do decreto presidencial. Após a leitura de seu relatório, foi concedida vista coletiva (tempo para análise) e aprovado um requerimento para realização de audiência pública na próxima terça-feira (19). O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, será um dos convidados.

A expectativa é votar o projeto na quarta (20). Uma vez aprovado, o decreto segue para votação direto no plenário. No seu relatório, Roberto Rocha concluiu que o decreto presidencial fere o "princípio da anterioridade tributária" e o que está disposto nos artigos 40 e 92-A do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) que asseguram à ZFM os incentivos fiscais.